

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

LUIZ FELIPE FORTES DEBETIL

**A IMPORTÂNCIA DO EXAME PERICIAL DE COMPARAÇÃO BALÍSTICA
NAS DECISÕES DOS JULGADORES EM INFRAÇÕES PENAIS COM
EMPREGO DE ARMA DE FOGO**

Florianópolis

2015

Luiz Felipe Fortes Debetil

**A IMPORTÂNCIA DO EXAME DE COMPARAÇÃO BALÍSTICA NAS
DECISÕES DOS JULGADORES EM INFRAÇÕES PENAIS COM
EMPREGO DE ARMA DE FOGO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Direito, da
Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito à obtenção do título de
Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Brasil
Pinto.

FLORIANÓPOLIS

2015



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 3721-9292 - FAX (048) 3721-9815
E-mail: ccgd@ccj.ufsc.br

TERMO DE APROVAÇÃO DE TCC

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **A Importância do Exame Pericial de Comparação Balística nas Decisões dos Julgadores em Infrações Penais com Emprego de Arma de Fogo**, elaborado pelo acadêmico Luiz Felipe Fortes Debetil, defendido nesta data e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 9,0 (note), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 23/06/2015.

(orientador)

(coorientador)

(membro)

(membro)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 3721-9292 - FAX (048) 3721-9815
E-mail: ccgd@ccj.ufsc.br

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

Aluno: Luiz Felipe Fortes Debetil

RG: 4965315

CPF: 057.326.059-16

Matrícula: 10201147

Título do TCC: A Importância do Exame Pericial de Comparação Balística nas Decisões dos Julgadores em Infrações Penais com Emprego de Arma de Fogo.

Orientador (a): Prof. Dr. Antônio Carlos Brasil Pinto

Eu, Luiz Felipe Fortes Debetil, acima qualificado; venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido.

Florianópolis, SC, 23 de junho de 2014.

Luiz Felipe Fortes Debetil
(nome do aluno)

RESUMO

As ciências da criminalística se propõem a determinar fatos relevantes à elucidação de infrações penais, utilizando-se de conhecimentos técnicos apropriados, gerando a prova pericial. Dentre estas, a balística forense demonstra-se especialmente esclarecedora, visto que o emprego de arma de fogo é endêmico no Brasil. Um dos exames, talvez o mais importante desta área, é a comparação balística, que analisa a procedência de projetis e estojos envolvidos em tais crimes, procurando determinar se a arma incriminada realizou tais disparos. O presente trabalho foca-se em estudar a importância destes exames, especialmente quando apresentam resultados conclusivos, sejam positivos ou negativos, na formação da convicção dos julgadores – juízes ou jurados - acerca da verdade judicial, através da qual as decisões e vereditos são formados. No primeiro capítulo, a prova foi analisada com os ensinamentos de doutrinadores do processo penal brasileiro, desde seu próprio conceito, até sua relação com a formação da convicção dos julgadores. No segundo capítulo, tal problemática é vista sob a óptica da jurisprudência, mais especificamente de acórdãos que julgaram recursos relativos a vereditos baseados, em grande medida, nos resultados de exames de comparação balística. Por fim, o terceiro capítulo apresenta a balística forense sob o enfoque técnico, de acordo com a visão de grandes criminalistas, fazendo uma análise introdutória de como os peritos da área chegam às conclusões em seus exames.

Palavras-chave: Prova Material; Prova Pericial; Verdade Judicial; Balística Forense; Comparação Balística.

ABSTRACT

The forensic sciences are meant to determine facts relevant to the elucidation of criminal offenses, using appropriate expertise, generating the expert evidence. Among these, forensic ballistics shows up especially important, since the firearm employment is endemic in Brazil. One of the tests, perhaps the most enlightening, is the ballistics comparison, analyzing the origin of projectiles and capsules involved in such crimes, seeking to determine whether the offending weapon held such shots. This paper focuses on studying the importance of these tests, especially when they present conclusive results, whether positive or negative, in the formation of judges or juries' conviction, about the judicial truth, by which the decisions and verdicts are formed. In the first chapter, the proof was analyzed with the teachings of brazilian masters of criminal proceedings, from its concept until its relation with the formation of judges' conviction. In the second chapter, this problem is seen in the light of the case law, specifically judged appeals against verdicts based largely on the results of ballistics comparison tests. Finally, the third chapter provides forensic ballistics from a technical perspective, according to criminologists of great vision, making an introductory analysis of how the field of experts come to conclusions on their exams.

Keywords: Material Proof; Expert Evidence; Judicial Truth; Forensic Ballistics; Ballistics Comparison.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. PROVAS MATERIAIS E FORMAÇÃO DA CONVICÇÃO DO JULGADOR.....	12
1.1. Conceito de Prova.....	12
1.2. Objetivo da Prova no Processo Penal.....	13
1.3. Classificação das Provas.....	15
1.4. Prova Material.....	16
1.4.1. Prova Pericial.....	17
1.4.2. O Perito.....	20
1.4.3. Corpo de Delito.....	21
1.5. Sistema da Livre Convicção Motivada ou Persuasão Racional.....	23
1.5.1. Aproximação do Fato Histórico.....	25
1.5.2. Formação da Convicção do Juiz.....	27
1.5.3. Prova Não Repetíveis.....	29
1.5.4. Especificidade da Prova.....	30
1.6. Críticas e Ressalvas ao Uso da Prova Pericial.....	33
1.7. Tribunal do Júri.....	35
2. JURISPRUDÊNCIA.....	37
3. BALÍSTICA FORENSE.....	44
3.1. Armas de Fogo.....	44
3.2. A Balística Forense.....	45
3.3. Exames Periciais de Balística Forense.....	46

3.3.1. Comparação Balística.....	48
3.3.2. Conclusões dos Exames de Comparação Balística.....	49
CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

INTRODUÇÃO

O homicídio doloso é, provavelmente, o expoente máximo da violência crônica no Brasil, e melhor exemplo da crítica situação social em que se encontra o país. Os dados estatísticos coletados no estudo Global status report on violence prevention, da World Health Organization (Organização Mundial da Saúde) (2014), colocam o Brasil como um dos mais violentos países do mundo, com a 11ª pior taxa de homicídio por cem mil habitantes, perdendo apenas para países paupérrimos como Lesotho, Trinidad e Tobago e Belize; países cujas instituições econômicas, políticas e judiciárias encontram-se desmoronadas, como Venezuela e Honduras; e países que enfrentam graves problemas com terrorismo e insurreições criminosas, como a Colômbia.

Tabela 1 - Maiores taxas de homicídio, por 100 mil habitantes, dentre todos os países do mundo – 2012

País	Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes
Honduras	103,9
Venezuela	57,6
Jamaica	45,1
Belize	44,7
Colômbia	43,9
El Salvador	43,9
Guatemala	39,9
Lesotho	37,5
África do Sul	35,7
Trinidad e Tobago	35,3
Brasil	32,4
(...)	(...)

Japão	0,4
Luxemburgo	0,2

Fonte: Organização Mundial da Saúde – OMS (World Health Organization – WHO).

Considerando apenas os países do mundo com mais de 100 milhões de habitantes, a situação do Brasil é ainda mais alarmante, ficando atrás de países pobres como Filipinas e Bangladesh, e também de países que enfrentam graves problemas com terrorismo fundamentalista e guerra ao tráfico, como México, Nigéria e Paquistão.

Tabela 2 - Maiores taxas de homicídio, por 100 mil habitantes, dentre os países do mundo com mais de 100 milhões de habitantes – 2012

País	Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes
Brasil	32,4
México	22,0
Filipinas	12,4
Nigéria	10,1
Paquistão	8,9
EUA	5,4
Indonésia	4,7
Índia	4,3
Bangladesh	3,1
China	1,1
Japão	0,4

Fonte: Organização Mundial da Saúde – OMS (World Health Organization – WHO).

Por fim, temos a comparação entre as taxas de homicídio das dez maiores economias do planeta, na qual o Brasil destaca-se, mais uma vez, negativamente, com

uma taxa quase três vezes maior do que a Rússia, que possui o segundo pior índice.

Tabela 3 - Maiores taxas de homicídio, por 100 mil habitantes, dentre os dez países com as maiores economias do mundo – 2012

País	Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes
Brasil	32,4
Rússia	13,1
EUA	5,4
Índia	4,3
Reino Unido	1,5
China	1,1
França	1,0
Itália	0,9
Alemanha	0,8
Japão	0,4

Fonte: Organização Mundial da Saúde – OMS (World Health Organization – WHO).

Entre diversas variáveis consideradas, pelo senso comum, como causa da violência, muitos são desmentidos pelos dados coletados pela Organização Mundial de Saúde. As dimensões continentais do país não justificam tais índices, pois países tão ou mais extensos quanto o nosso possuem índices muito menores, como Rússia, EUA e China. Além disto, a imensa densidade populacional de países como Japão e Bangladesh também não parecem ter reflexos diretos em suas taxas de homicídios dolosos. Ainda, o fator econômico parece não apresentar uma relação de causa e efeito óbvia, pois temos mais homicídios por cem mil habitantes do que países com grande justiça social, como Reino Unido, Alemanha e França, mas também perdemos para países muito mais pobres do que o nosso, como Paquistão, Nigéria e Filipinas.

Tais taxas baseiam-se no total estimado de 64357 homicídios no Brasil no ano de 2012. Destes, 73% foram cometidos com o emprego de arma de fogo, taxa muito superior do que a média mundial, que fica em torno de 43%, e bastante próxima dos 76% apresentados pelos EUA, país reconhecido em todo mundo pela liberalidade em relação ao porte e comércio de armas de fogo.

No Mapa da Violência de 2013, Julio Jacobo Waiselfisz (2013, p. 153) afirma que um dos principais fatores para níveis de violência tão alarmantes é a ausência de resolução, que trabalharia como um forte estímulo para a tendência à solução de conflitos por via do extermínio. Segundo o Relatório Nacional da Execução da Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – Enasp (2012, p. 11), em meados de 2012, **134.944** inquéritos de homicídio doloso abertos até 31/12/2007 estavam sem solução no Brasil.

A grande ausência de resolução dos crimes contra a vida no país tem gerado, junto a outros fatores, uma cultura de violência que se retroalimenta, e o principal e mais grave destes reflexos é que o Brasil possui um dos mais altos índices de homicídio no mundo, o maior entre os países mais populosos e entre as maiores economias. Segundo o mesmo Relatório (2012, p. 22), a taxa de elucidação de crimes de homicídio, no Brasil, gira em torno de 5% a 8%, sendo que no Reino Unido chega a 90%.

Todos estes dados evidenciam a importância da perícia oficial na melhoria da situação social brasileira. A inexpressiva taxa de resolução das infrações penais no Brasil, exemplificada pelos dados relativos ao homicídio doloso, como impulsor para o ciclo interminável da violência crônica no Brasil, torna clara a imprescindibilidade da correta coleta de provas técnicas, ou periciais, para munir o julgador de meios concretos para a obtenção da verdade judicial no processo penal.

A balística forense, como área especializada da criminalística, tem por meta examinar e periciar artefatos balísticos supostamente utilizados nas infrações penais. Na realidade brasileira, temos que aproximadamente três quartos dos homicídios dolosos são realizados com emprego de armas de fogo.

Conclui-se, pois, que as taxas endêmicas de homicídios dolosos, aliada ao uso preferencial de artefatos balísticos para sua concretização, evidencia a importância do uso amplo dos conhecimentos técnicos da balística forense como um item chave para a

diminuição da falta de resolução. Cabe, assim, entender como a perícia balística pode auxiliar decididamente a formação da convicção do julgador – seja ele um juiz ou um corpo de jurados – e na obtenção mais aproximada possível da certeza judicial necessária para a condenação ou absolvição do réu.

CAPÍTULO I – DAS PROVAS MATERIAIS E DA FORMAÇÃO DA CONVICÇÃO DO JULGADOR

1.1. Conceito de Prova

A prova, no direito penal e, principalmente, no direito processual penal, tem figura de destaque no universo jurídico. É através dela que a convicção do julgador, seja ele o juiz ou o corpo do júri, pode decidir sobre a ocorrência de determinado delito ou suas principais características, como a motivação do crime e a forma como ele ocorreu.

O conceito de prova, na doutrina processual penal, parece apresentar uma variada gama de interpretações, em geral, complementares. Assim, não parece haver discussões divergentes entre os mestres sobre tal conceituação, mas sim visões focadas em aspectos distintos da prova. Alguns autores decidiram por defini-la através de suas características processuais, focando-se em seus aspectos da prática jurídica; outros comentaram o tema com enfoque mais filosófico e abrangente.

O primeiro enfoque traz a visão de que provas são os elementos produzidos dentro do processo, visando estabelecer a existência dos fatos aos quais se pretende litigar, podendo serem produzidas tanto pelas partes do processo quanto pelo próprio juiz responsável pelo julgamento da lide – ou pela instrução, a ser julgada pelo corpo do júri (MACHADO; JUNQUEIRA; FULLER, 2009, p. 110).

O professor Válter ISHIDA (2009, p. 88) considera que “prova é o conjunto de atos praticados pelas partes, pelo juiz e por terceiros (perícias), destinados a levar ao magistrado a **convicção** acerca da existência ou inexistência de um fato, da falsidade ou veracidade de uma afirmação (é destinada ao juiz, pois é ele quem irá julgar).”

Compartilhando a visão dos doutrinadores citados, RANGEL (2009, p. 419) estabelece que, no campo jurídico, a conceitualização de prova é o meio instrumental de comprovar os fatos da causa a ser julgada. Seriam os meios pelos quais se valem os sujeitos processuais, para comprovar os fatos deduzidos pelas partes – autor, juiz e réu – e partem como fundamento do exercício dos direitos de ação e defesa, consagrados em

nosso ordenamento jurídico.

Por outro lado, existem autores que se valem da visão mais abrangente do conceito de prova. LOPES JR. (2011, p.519) afirma que, no ritual judiciário, existem diversas figuras eivadas de simbolismo “sagrado”. Um destes conceitos fica claro na questão da prova, que cumpririam uma função ritual no processo, pois nota-se que são trazidas ao processo penal para desempenharem função de destaque na complexidade do ritual judiciário.

O doutrinador TOURINHO FILHO demonstra tais visões distintas, porém complementares, de forma sucinta, quando afirma que

Provar é, antes de mais nada, estabelecer a existência da verdade; e as provas são os meios pelos quais se procura estabelecê-la. Provar é, enfim, demonstrar a certeza do que se diz ou alega. Entendem-se, também, por prova, de ordinário, os elementos produzidos pelas partes ou pelo próprio Juiz visando a estabelecer, dentro do processo, a existência de certos fatos. É o instrumento de verificação do *thema probandum*. Às vezes, emprega-se a palavra prova com o sentido de ação de provar. (TOURINHO FILHO, 2009, p. 232).

Podemos concluir que o conceito de prova, segundo a visão mais voltada ao juspositivismo da norma, é o conjunto de elementos produzidos pelas partes litigantes e pelo próprio juiz com o intuito primeiro de determinar a existência de fatos importantes ao processo, tanto o que se alega ou o que se pretende julgar. Ainda, o conceito de prova seria, também, segundo um viés mais jusnaturalista, um ritual presente de carregado simbolismo, que pretende determinar a verdade ou a certeza sobre um fato.

1.2. Objetivo da Prova no Processo Penal

O primeiro objetivo da prova no processo penal, apresentado por LACERDA (2006, p. 14), é a obtenção da justiça. Segundo o autor, só através de provas conscientes e límpidas, ou seja, obtidas de forma legal e conclusiva, pode-se atingir a certeza sobre o delito e a provável culpabilidade do acusado.

O célebre jurista Nicola Malatesta, autor da famosa obra A Lógica das Provas, do final do século XIX, afirma que “O objeto principal da crítica criminal é, portanto, indagar como, da prova, pode legitimamente nascer a certeza do delito; o objetivo principal de

suas investigações é, em outros termos, o estudo das provas de certeza.” (MALATESTA, 2001, p. 88). Tal visão parece ser aceita, ao menos em parte, pela maioria dos doutrinadores brasileiros. Existe uma produtiva discussão acerca da conceituação do que consistiria a “certeza” ou a “verdade”, e como se poderia chegar até elas, mas o que fica veemente é que não parece haver fortes críticas quanto ao conceito em si.

Um autor que resume satisfatoriamente a questão do objetivo da prova no processo é OLIVEIRA (2009, p. 329) que leciona que a função da prova é muito bem definida dentro do universo processual, que seria a reconstrução da realidade histórica de determinado fato alegado. Sobre este pilar, o autor afirma que pode-se extrair a certeza sobre a realidade dos fatos, para que, assim, possa-se formar a coisa julgada.

Assim, prossegue afirmando que

A prova judiciária tem um objetivo claramente definido: a reconstrução dos fatos investigados no processo, buscando a maior coincidência possível com a realidade histórica, isto é, com a verdade dos fatos, tal como efetivamente ocorrido no espaço e no tempo. A tarefa, portanto, é das mais difíceis, quando não impossível: a reconstrução da verdade. (OLIVEIRA, 2009, p. 317).

TOURINHO FILHO (2009, p. 232) concorda com a visão do autor, afirmando que o objetivo ou finalidade da prova é construir a certeza do juiz sobre os fatos necessários para a decisão da causa. O julgador precisa conhecer a existência e a natureza dos fatos sobre os quais versam a lide. Assim, o objetivo da prova seria tornar estes fatos do processo conhecidos ao juiz, conseqüentemente convencendo-o sobre a sua existência. As partes procuram convencer o juiz que tais fatos ocorreram, e que se deram da exata maneira como os descrevem, e seria através da prova que isto se torna possível. Portanto, o objetivo da prova é convencer o julgador de que certos fatos pertinentes ao litígio ocorreram, e a forma como ocorreram.

É seguro afirmar, então que o objetivo da prova é a busca da obtenção da certeza ou verdade no processo acerca dos fatos alegados no processo, mesmo que tais conceitos sejam, no mínimo, controversos.

Por fim, LACERDA (2006, p. 77) atenta para que se considere a prova por inteiro, que abranja todo o conjunto probatório presente nos autos, pois somente a prova que puder gerar certeza sobre a verdade dos fatos no espírito do julgador pode fundamentar a condenação do réu – do contrário, deve vigir o princípio da presunção de inocência (in

dubio pro reo), impondo-se a obrigatória absolvição do acusado.

1.3. Classificação das Provas

MIRABETE (2008, p. 251-252) apresenta as provas com quatro classificações possíveis. Quanto ao objeto da prova, ela pode ser direta ou indireta. Naquela, a prova dá certeza quanto ao que se alega por si só, como, por exemplo, a arma de fogo ilegal encontrada em posse do réu; Nesta, é possível concluir uma alegação através da conexão da prova com outro fato a ser comprovado, como no exemplo da hipótese de um alibi, ou seja, a comprovação de que o acusado se encontrava em local diverso daquele do crime no momento de sua ocorrência.

Seguindo a classificação do aclamado autor, temos a classificação da prova através de seu efeito ou valor. Pode a prova ser plena, quando sua contumácia é exigida para a condenação do acusado; ou não plena, ou seja, trata-se de probabilidade de procedência da alegação. Como exemplo desta última, o autor cita a prova *prima facie*, também conhecida na legislação como indícios veementes ou fundadas razões, que seria aquela que produz, desde logo, a convicção da verdade de certo fato, apesar de poder ser desmentida posteriormente por outras provas. Assim, o ladrão que invade a casa de alguém e acaba sendo morto pelo morador, desde logo gera um indício veemente de tratar-se de legítima defesa do acusado perante o assaltante; ainda sim, outra prova pode ser produzida posteriormente demonstrando que o ocorrido fora planejado pelo réu, que pode ter convidado a vítima a entrar em sua casa, como visitante.

MIRABETE (2008, p. 251-252), apresenta a terceira classificação das provas: reais ou pessoais. As provas reais são aquelas que consistem em objetos ou fatos que independem do indivíduo, como, por exemplo, a arma usada na prática do crime, o local dos fatos e seus indícios, como pegadas, fluidos corporais, impressões digitais ou mesmo o próprio corpo da vítima. As provas pessoais, por sua vez, exprimem conhecimento subjetivo de certa pessoa, e trazem consigo visões pessoais dos fatos, como os testemunhos e interrogatórios, além da própria conclusão dos peritos oficiais que produziram os laudos periciais sobre as provas materiais.

TOURINHO FILHO (2009, p. 236) apresenta a quarta classificação das provas de acordo com sua forma: pessoal, documental e material. Destaca a diferença entre estas três classes de provas da seguinte maneira: as provas documentais, como o nome já denuncia, dizem respeito aos documentos pertinentes ao fato analisado, ou seja, são as afirmações feitas por escrito, como, por exemplo, certidão de casamento ou de nascimento, contratos e escrituras imobiliárias. As provas pessoais são as afirmações feitas por uma pessoa, sejam através de testemunhos, interrogatórios ou declarações. Por fim, a prova material consiste em “qualquer materialidade que sirva de prova ao fato probando: o instrumento do crime, os *producta sceleris*, as coisas apreendidas, os exames periciais.” (TOURINHO FILHO, 2009, p. 236).

1.4. Prova Material

Conforme já descrito, as provas podem ser classificadas como testemunhal, documental e material, isto relativo à sua forma. O professor Paulo RANGEL (2010, p. 458-459) explica de forma sucinta o conceito de prova material.

Por último, prova material é aquela consistente em qualquer materialidade que sirva de elemento de convicção sobre o fato probando. São eles os exames de corpo de delito, as perícias e os instrumentos utilizados pelo crime. (2009, p. 458 - 459)

Portanto, a prova material engloba as provas periciais, mas não se esgota nesta seara. Os instrumentos utilizados pelo suposto acusado, além de todos os objetos que guardam relação com o fato histórico analisado, além do próprio corpo de delito, fazem parte da prova material. A prova pericial, como será demonstrado, é uma consequência de tais vestígios, que muito provavelmente será necessária para prestar esclarecimentos técnicos acerca das provas materiais presentes nos autos.

Paulo RANGEL (2010, p. 458) apresenta também uma subdivisão entre provas reais diretas e indiretas, importante principalmente para o conceito de prova material. Para o doutrinador, prova real é aquela que advém de vestígios deixados pelo crime. Dá como exemplos “o ferimento na vítima; o arrombamento da fechadura no furto; a roupa ensanguentada da vítima; o sangue na parede onde o fato ocorreu e a faca do crime”. Convém citar que a arma envolvida na infração penal também é uma prova real. Sobre

sua subclassificação, a prova real direta existe quando a análise deva recair sobre o próprio vestígio material incriminado. Exemplifica o autor através da análise da própria carta utilizada para difamar a vítima. Assim, a escrita contida na carta comprova o próprio fato tipificado, no caso, a difamação. Como prova real indireta, o doutrinador afirma que ocorre quando é necessário raciocínio lógico para que se chegue ao fato a ser provado. Um exemplo pertinente ao presente trabalho é um caso típico da prática pericial na comparação balística: um projétil é retirado do corpo da vítima de disparo fatal, sem, no entanto, a arma de fogo ter sido encontrada no local do crime; em momento posterior, a autoridade policial apreende suspeito da prática de tal homicídio doloso, e sob sua posse é encontrada uma arma de fogo; a perícia, através do exame de comparação balística, consegue afirmar que o projétil retirado da vítima foi disparo por tal instrumento. É necessário, pois, que se faça um raciocínio lógico para conectar tais fatos e, assim, comprovar a provável autoria da infração penal.

1.4.1. Prova Pericial

Para GEORG, KELNER E SILVINO JR. (2011, p. 139), “a perícia criminal, requisitada pela Autoridade Policial ou Autoridade Judiciária, é a base decisória que direciona a investigação policial e o processo criminal.”

Partindo da lição de OLIVEIRA (2009, p. 406), podemos considerar a prova pericial, uma subespécie de prova material, como uma prova técnica, pois tem a pretensão de verificar, comprovar e, conseqüentemente, certificar, a existência de fatos ou características de fatos relevantes ao processo penal. A certeza destes, por lei, somente é possível através de conhecimentos técnicos específicos da área de criminalística pertinente.

LOPES JR. (2011, p. 598), partilha da mesma visão, afirmando que a prova pericial é considerada como prova técnica, pois sua obtenção depende do domínio de saber técnico específico.

Fica claro na doutrina que a função da prova pericial é munir o julgador com resultados que advenham de conhecimentos especializados, que não compõem o rol de

conhecimentos ou atribuições do juiz. Assim, obtém estas conclusões somente possíveis através de métodos científicos e laboratoriais, visando ampliar sua visão acerca da certeza jurídica buscada. Leciona MIRABETE que

Não possuindo o juiz conhecimentos especializados, há necessidade de se recorrer a técnicos e especialistas para, com os exames periciais, ficar ele apto a julgar as causas mais diversas e complexas. (MIRABETE, 2008, p. 358).

Como poderoso instrumento do julgador no processo penal, a prova pericial habilita-o a compreender questões cuja complexidade técnica impediriam a correta avaliação dos fatos analisados no processo. É só através da prova pericial que o julgador pode saber, por exemplo: a exata dinâmica ocorrida num acidente automobilístico, determinando, entre outras questões, a aproximada velocidade do automóvel no momento da freada; a exata autoria de manuscrito em cédula de cheque, sabendo assim se partiu do punho do acusado a caligrafia posta em cheque falsificado; por fim, tem-se o exemplo do crime de homicídio doloso com uso de arma de fogo, quando será possível, através da prova pericial, determinar se a arma incriminada foi realmente o instrumento utilizado na deflagração dos disparos fatais.

A prova pericial constitui, atualmente, um dos meios mais eficazes para o esclarecimento de fatos históricos presentes no processo. É inegável que o desenvolvimento da criminalística autorizou larga utilização da prova técnica na busca da compreensão e confirmação de tais fatos. A realização do exame de corpo de delito, que demonstra a materialidade da infração penal analisada, e a comprovação de demais dados relevantes ao processo, são, geralmente, cruciais para a obtenção da verdade judicial. (GRINOVER, FERNANDES, GOMES FILHO, 2001, p. 146).

Prova pericial é, portanto, o produto final de todo o processo pericial. Temos, pois, que “a perícia é o exame procedido por pessoa técnica habilitada.” (MACHADO; JUNQUEIRA; FULLER, 2009, p. 113). TOURINHO FILHO (2009, p. 273) ratifica tal entendimento, afirmando que “Entende-se por perícia o exame procedido por pessoa que tenha determinados conhecimentos técnicos, científicos, artísticos ou experiência qualificada acerca dos fatos, circunstâncias ou condições pessoais inerentes ao fato punível, a fim de comprová-las.” Pode-se concluir, assim, que perícia é o meio, através do qual pessoa qualificada para compreensão do fenômeno estudado pode atingir o objetivo da confecção da prova pericial.

A forma em que os resultados da perícia, ou seja, a prova pericial é apresentada em juízo está descrita no art. 160 do Código de Processo Penal, que afirma que “Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados.” OLIVEIRA (2009, p. 410) esclarece tal dispositivo, alegando que a prova pericial é construída pela elaboração de laudo técnico, através do qual os peritos responderão às perguntas das partes e do juiz. Será por meio de quesitos claros que os interessados farão suas indagações e solicitarão os esclarecimentos que julgarem necessários.

Os objetos da prova pericial consiste, primariamente, no corpo de delito, ou seja, nos vestígios materiais deixados pela infração penal, a serem estudados com maior detalhe nos próximos capítulos. Além deste, os instrumentos empregados na prática do fato delituoso também serão sujeitos a exame pericial, conforme ensina MIRABETE (2008, p. 271). Assim, pretende-se verificar sua natureza e eficiência, conforme ordena o CPP “Art. 175. Serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificar a natureza e a eficiência.”

O mestre continua sua lição dizendo que é bastante comum haver

(...) a necessidade de se apurar se os instrumentos foram efetivamente empregados, se foram os causadores das lesões, se a arma de fogo foi disparada recentemente, se há manchas de sangue na arma branca etc. A falta de exame de instrumentos do crime, porém, não causa a nulidade do processo, podendo ser suprida por outras provas. (MIRABETE, 2008, p. 271).

Apesar da possibilidade deste suprimento por outras provas, sempre que houver a possibilidade de se usar conhecimentos técnicos específicos, estes são indispensáveis, conforme vê-se na regra da especificidade das provas (Vide capítulo 1.5.4).

1.4.2. O Perito

Conforme já mencionado, a prova pericial, obtida através da realização de perícia, deve ser realizada por *expert* com conhecimento técnico-científico apropriado, para a resolução de questionamentos que porventura se façam necessários. Tais esclarecimentos visam auxiliar na busca pela certeza ou verdade jurídica, objetivando

uma decisão mais próxima possível dos fatos da realidade.

Para tanto, a prova pericial deve ser produzida por pessoas devidamente habilitadas. Segundo OLIVEIRA (2009, p. 406), o reconhecimento de tal habilitação é feito, em geral, pela própria legislação específica, responsável pelas profissões e atividades regulamentadas pelo Poder Público, tanto através de órgãos nacionais quanto entidades regionais. O CPP, em especial no Título VIII, Capítulo VI, nomeia o profissional responsável pela perícia e produção de prova pericial como **perito**.

Segundo MIRABETE,

A perícia não é um simples meio de prova. O perito é um apreciador técnico, assessor do juiz, com uma função estatal destinada a fornecer dados instrutórios de ordem técnica e a proceder à verificação e formação do corpo de delito. A perícia é um elemento subsidiário, emanado de um órgão auxiliar da Justiça, para a valoração da prova ou solução da prova destinada a descoberta da verdade. (MIRABETE, 2008, p. 261).

O perito, assim, pode ser definido como um profissional com elevado conhecimento técnico-científico em determinada área da ciência da criminalística, cujo status jurídico é o de auxiliar ou assessor do juiz, e é responsável pela produção da prova pericial no processo penal. A prova pericial, por sua vez, é a constatação feita através de perícia motivada por quesitos formulados pelas partes ou pelo juiz, cujos resultados são observáveis no laudo pericial.

1.4.3. Corpo de Delito

O ordenamento jurídico brasileiro concede especial importância ao exame do corpo de delito. O Código de Processo Penal determina que o exame de corpo é obrigatório sempre que o crime deixar vestígios, conforme consta no artigo 158 “Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.” A negligência na realização do exame de corpo de delito é razão suficiente para a alegação de nulidade absoluta do processo, conforme vemos no CPP

Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:

(...) III – por falta das fórmulas ou dos termos seguintes:

(...) b) o exame do corpo de delito nos crimes que deixam vestígios, ressalvado o

disposto no Art. 167; (...)

O artigo 167, por sua vez, determina que quando os vestígios da materialidade da infração penal houverem desaparecido, pode o juiz suprir a falta do exame de corpo de delito através da prova testemunhal.

Interessante notar que demais exames são aconselháveis, sempre que possível, pelo mesmo Código, mas a não possibilidade de sua realização não enseja qualquer nulidade, conforme “Art. 175. Serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificar a natureza e a eficiência.”

MIRABETE (2008, p. 265) leciona que o corpo de delito é o conjunto de vestígios materiais gerados pela realização do fato que configura a infração penal ocorrida. Em outras palavras, são todos os vestígios do crime que podem ser examinados pelos sentidos e que visam a comprovação da materialidade do crime.

O mestre Aury Lopes Jr. (2011, p. 968), concorda com a visão de Mirabete, ao afirmar que o “corpo de delito é composto pelos vestígios deixados pelo crime.” Prossegue o autor exemplificando que corpo de delito

É o cadáver que comprova a materialidade de um homicídio; as lesões deixadas na vítima em relação ao crime de lesões corporais; a coisa subtraída no crime de furto ou roubo; a substância entorpecente no crime de tráfico de drogas; o documento falso no crime de falsidade material ou ideológica etc. (LOPES JR., 2011, p. 968).

Sob a ótica da balística forense, teríamos que a arma de fogo seria o corpo de delito nos crimes de porte ilegal de armas. Nos casos de homicídios e outras agressões com emprego de tais materiais balísticos, os ferimentos causados na vítima comporiam o corpo de delito.

MIRABETE (2008, p. 265) leciona que não se pode confundir o exame de corpo de delito com o corpo de delito propriamente dito. Este é a própria tipicidade do crime que se pretende processar; aquele é o auto no qual o perito transcreve suas análises. Continua o autor

O exame destina-se à comprovação perícia [sic] dos elementos objetivos do tipo, que diz respeito, principalmente, ao evento produzido pela conduta delituosa, de que houve o “resultado”, do qual depende a existência do crime (art. 13, caput, do CP). O corpo de delito se comprova através da perícia; o laudo deve registrar a existência do próprio delito. (MIRABETE, 2008, p. 265).

Outra consideração levantada pelo doutrinador Aury LOPES JR. (2011, p. 968) é a

importante distinção entre o exame de corpo de delito e as demais perícias. O exame de corpo de delito é uma perícia, realizada nos elementos que constituem a tipicidade e a materialidade do crime que se quer analisar. Assim, a falta de tal exame é motivo para alegação de nulidade absoluta do processo, pois é através dele que se prova a própria existência da infração penal, conforme o já citado artigo 564 do CPP. Sobre as demais perícias, o autor afirma que são realizadas em outros elementos probatórios, e visam apenas formar o convencimento do julgador sobre as características do crime, como a determinação da autoria. Assim, a comprovação de sua materialidade, ou seja, sua própria existência, independe das perícias, por assim dizer, acessórias. O autor dá o exemplo da perícia do local em que ocorreu o crime, ou a arma utilizada para tanto.

1.5. Sistema da Livre Convicção Motivada ou Persuasão Racional

No ordenamento jurídico brasileiro, em especial no direito processual penal, vige a regra geral do sistema da livre convicção motivada ou sistema da persuasão racional.

O art. 155 (do CPP), caput, adota, a respeito da apreciação da prova, o sistema da livre convicção ou persuasão racional: o juiz possui liberdade para apreciar a prova, mas deve fundamentar as suas decisões (art. 93, IX, da CF). (MACHADO; JUNQUEIRA; FULLER, 2009, p. 110).

Primeiramente, cabe salientar que existem outras duas formas de apreciação das provas e sua relação com a construção da decisão do julgador, ambas presentes em certos aspectos do processo penal brasileiro. Cabe entendê-las para que fique claro o sistema predominante no país.

Pelo sistema da íntima convicção, segundo TOURINHO FILHO (2009, p. 272), o julgador não é obrigado a relatar os motivos pelo qual se baseou para emitir sua decisão. O julgador é livre para atribuir qualquer valor às provas presentes nos autos, podendo até mesmo decidir com base em seus conhecimentos e convicções íntimas, sem que prova alguma tenha sido produzida no processo. Não existe, pois, qualquer obrigação por parte do julgador de esclarecer os motivos que basearam sua decisão. Assim, é possível que a decisão vá de encontro com todas as provas produzidas, e ainda sim de forma válida.

Este sistema vigora no Brasil nos julgamentos dos crimes levados ao Tribunal do Júri. Os jurados são livres para decidir de acordo com suas íntimas convicções, crenças e valores, sem serem obrigados a justificar suas decisões racionalmente, não ficando adstritos às provas e quaisquer hierarquias ou especificidades entre elas.

Outro sistema possível é o vinculatório. Neste, o julgador é obrigado a seguir uma prévia hierarquização e valoração de provas expressa em lei. O mestre Julio Mirabete ensina de forma clara e concisa como este sistema funciona e quais suas diferenças em relação ao sistema da livre convicção motivada.

Existem dois sistemas a respeito da apreciação do laudo pericial pelo juiz. Pelo sistema vinculatório, o juiz não pode deixar de aceitar o laudo; por se tratar de prova técnica, o julgador estaria adstrito às conclusões do perito. Pelo sistema liberatório, o juiz tem inteira liberdade de apreciação em aceitar ou rejeitar o laudo. Vigindo em nosso país o princípio do livre convencimento, o juiz não está adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte (art. 182). Caso se admitisse o sistema contrário, o perito, em última análise, seria o julgador. Ora, o juiz tem sempre condições de compreender a exposição e opiniões em torno de um ponto, sejam de caráter técnico, científico, artístico ou prático, podendo estudá-lo, colhendo em várias fontes e mesmo no processo elementos que podem corroborar ou não as conclusões do perito. (MIRABETE, 2008, p. 265).

Portanto, o sistema vinculatório engessa a apreciação das provas pelo julgador, dando uma importância demasiada à produção técnica dos peritos e dificultando o julgamento individualizado de cada crime e suas circunstâncias. O sistema vinculatório foi rechaçado pelo ordenamento jurídico, que determinou a livre convicção motivada. Apesar disto, existem algumas normas com certos aspectos típicos desse sistema, como a obrigatoriedade da realização do exame de corpo de delito sempre que o crime deixar vestígios, sem que outras provas possam suprimi-lo, conforme demonstram importantes doutrinadores:

Isso porque o legislador brasileiro, preso de maneira injustificada ao antigo sistema da prova legal, erigiu o exame de corpo de delito direto ou indireto nas infrações que deixam vestígios como condição de validade do processo e da sentença (art. 564, III, b, do CPP), não podendo a falta ser superada nem mesmo pela confissão do acusado (art. 158 do CPP). (GRINOVER, FERNANDES, GOMES FILHO, 2001, p. 147).

No sistema da livre convicção motivada ou persuasão racional, segundo Eugênio OLIVEIRA (2009, p. 328), o juiz é livre para formar o seu convencimento como bem entender, não estando comprometido com nenhum critério de prévio valor legal à prova, estando livre para escolher por àquela que mais lhe parecer convincente. O autor dá o exemplo que o juiz pode escolher levar em consideração um testemunho, mesmo que em

dissonância com outros dois ou três testemunhos, desde que reste comprovado por outras provas do processo.

O doutrinador prossegue seu ensinamento afirmando que tal liberdade de convencimento dado ao juiz não dispensa sua fundamentação ou explicitação. Ou seja, mesmo que o juiz seja livre para valorar as provas apresentadas nos autos da forma que lhe aprouver, é obrigado a explicitar claramente quais foram as razões que o levaram a escolher acatar certas provas e descartar outras. Deve o juiz apresentar argumentos racionais para embasar sua decisão. Assim, quaisquer das partes que restar insatisfeita com a decisão poderá, em momento oportuno, confrontar tais argumentos seguindo as mesmas bases argumentativas. Através da razão, o juiz demonstra sua visão dos fatos históricos alegados no processo, permitindo que as partes o contrariem, argumentando seu descontentamento de forma igualmente racional.

Por fim, Eugênio Oliveira conclui seu pensamento sobre o livre convencimento motivado afirmando que

Como se percebe, o livre convencimento motivado é regra de julgamento, a ser utilizada por ocasião da decisão final, quando se fará a valoração de todo o material probatório levado aos autos. (OLIVEIRA, 2009, p. 328).

Conclui-se, pois, que o sistema do livre convencimento motivado ou da persuasão racional é a regra no ordenamento jurídico brasileiro. Cabe ao juiz decidir valorar e hierarquizar as provas como bem lhe aprouver, sem qualquer prévia valoração legal. Contudo, o sistema vinculatório e o sistema da íntima convicção apresentam influência no processo penal. Do primeiro, vêm-se resquícios em algumas passagens, como a obrigatoriedade do exame de corpo de delito sempre que da infração penal restarem vestígios materiais. Já o sistema da íntima convicção é o método adotado pela norma para o julgamento de certos crimes, a serem decididos por um júri.

1.5.1. Aproximação do Fato Histórico

Conforme questão introduzida nos capítulos 1.1 e 1.2, o objetivo último do processo, com especial enfoque no penal, é a obtenção da verdade ou certeza judicial. É a máxima aproximação possível que se pode atingir em relação à realidade dos fatos

históricos pertinentes à elucidação da infração penal analisada.

O mestre jurista e filósofo italiano Nicola MALATESTA (2001, p. 23) afirma que “Sendo a prova o meio objetivo pelo qual o espírito humano se apodera da verdade, sua eficácia será tanto maior, quanto mais clara, mais plena e mais seguramente ela induzir no espírito a crença de estarmos de posse da verdade.” Portanto, na busca pela verdade judicial, é imprescindível que haja uma ampla e clara produção de provas.

O jurista Eugênio Oliveira apresenta sua visão sobre a busca pela verdade judicial quando afirma

Assim, ainda que prévia e sabidamente imperfeita, o processo penal deve construir uma verdade judicial, sobre a qual, uma vez passada em julgado a decisão final, incidirão os efeitos da coisa julgada, com todas as suas consequências, legais e constitucionais. O processo, portanto, produzirá uma certeza do tipo jurídica, que pode ou não corresponder à verdade da realidade histórica (da qual, aliás, em regra, jamais se saberá), mas cuja pretensão é a de estabilização das situações eventualmente conflituosas que vêm a ser objeto da jurisdição penal. (OLIVEIRA, 2009, p. 318).

MIRABETE (2008, p. 249) apresenta semelhante parecer

Para que o juiz declare a existência da responsabilidade criminal e imponha sanção penal a uma determinada pessoa, é necessário que adquira a certeza de que foi cometido um ilícito penal e que seja ela a autora. Para isso deve convencer-se de que são verdadeiros determinados fatos, chegando à verdade quando a ideia que forma em sua mente se ajusta perfeitamente com a realidade dos fatos. (MIRABETE, 2008, p. 249).

Conclui-se, baseando-se nos ensinamentos de tais mestres, que a busca pela aproximação do fato histórico deve ser o norte para o andamento de qualquer processo, principalmente da área penal. Tais objetivos, por sua vez, pretendem a maior aproximação possível do entendimento da realidade histórica pertinente. É impossível que a verdade real seja alcançada com absoluta certeza: por isso, fala-se em aproximação. Por meio de provas, o julgador forma uma certeza jurídica que entenda mais provável, justificando por meio de argumentos racionais. Assim, pretende-se estabilizar situações conflituosas, impondo-se sanção penal cabível com a minimização de injustiças, incidindo todos os efeitos da coisa julgada previstos pela legislação.

1.5.2. Formação da Convicção do Juiz

A fase de instrução do processo penal é aquela quando as partes procuram demonstrar suas teses ao julgador através da produção e apresentação de provas, das mais diversas. LOPES JR. (2011, p. 519) ensina que “*Instruere* chegou a ser um verbo próprio da arquitetura, significando 'construir, edificar, ordenar com método'. Transladado ao Direito, instruir corresponde à tarefa de recolher as provas que permitam uma aproximação do fato histórico.” Temos, pois, a fase processual pertinente à busca da certeza judicial. Prosseguindo com a análise, temos que

Da apuração dessa verdade trata a instrução, fase do processo em que as partes procuram demonstrar o que objetivam, sobretudo para demonstrar ao juiz a veracidade ou falsidade da imputação feita ao réu e das circunstâncias que possam influir no julgamento da responsabilidade e na individualização das penas. Essa demonstração que deve gerar no juiz a convicção de que necessita para o seu pronunciamento é o que constitui a prova. Nesse sentido, ela se constitui em atividade probatória, isto é, no conjunto de atos praticados pelas partes, por terceiros (testemunhas, peritos, etc) e até pelo juiz para averiguar a verdade e formar a convicção deste último. (MIRABETE, 2008, p. 249).

LOPES JR. (2011, p. 545) afirma que somente é legítima a decisão do juiz quando esta ter como base as provas produzidas durante o processo, mais especificamente, durante a instrução. A prova, neste prisma, adquire função primordial. TOURINHO FILHO (2009, p. 232) afirma que a finalidade da prova é formar a convicção do julgador sobre tudo aquilo que for pertinente e necessário para a elucidação dos fatos e decisão da causa. Prossegue o doutrinador afirmando que o juiz, para julgar o litígio, precisa conhecer a existência do fato histórico pelo qual versa a lide: seria finalidade da prova tornar este de conhecimento do juiz. Às partes cabe tentar convencer o julgador da existência ou não de tais fatos, além de provarem ou desaprovarem a dinâmica de acontecimento destes, além de quaisquer outras características relevantes.

Ainda sobre a formação da convicção decisória do juiz, o mestre Aury Lopes Jr. ensina que

O processo penal, inserido na complexidade do ritual judiciário, busca fazer uma reconstrução (aproximativa) de um fato passado. Através – essencialmente – das provas, o processo pretende criar condições para que o juiz exerça sua atividade recognitiva, a partir da qual se produzirá o convencimento externado na sentença. É a prova que permite a atividade recognoscitiva do juiz em relação ao fato histórico (*story of the case*) narrado na peça acusatória. O processo penal e a prova nele admitida integram o que se poderia chamar de *modos de construção do convencimento* do julgador, que formará sua convicção e legitimará o poder contido na sentença. (LOPES JR., 2011, p. 518).

Assim, o processo penal e as provas inseridas nele formam o que o doutrinador

chama de modos de construção do convencimento do julgador. Formar sua convicção, aprende-se, visa o justo julgamento da lide para, conseqüentemente, legitimar “o poder contido na sentença”. É a comprovação à sociedade e às partes da correta administração da justiça penal, feita através da liberdade do juiz de individualizar a pena, ao mesmo tempo que o obriga a fundamentar suas decisões de forma racional.

As pretensões apresentadas pelas partes no processo penal prendem-se a fatos, sob os quais se fundamentam. Cabe ao juiz esclarecer dúvidas acerca da veracidade das afirmações apresentadas pelas partes. É através da prova dos acontecimentos históricos relevantes ao processo que são respondidas as questões de fato, buscando, assim, a obtenção de provas como instrumento para formar sua convicção. A ocorrência ou in ocorrência de tais acontecimentos é, conclui-se, o objetivo máximo da prova no processo penal, a partir da qual a decisão do julgador será construída. (GRINOVER, FERNANDES, GOMES FILHO, 2001, p. 120)

Segundo MIRABETE (2008, p. 358), “Não possuindo o juiz conhecimentos especializados, há necessidade de se recorrer a técnicos e especialistas para, com os exames periciais, ficar ele apto a julgar as causas mais diversas e complexas.” Assim, o juiz se vale do trabalho especializado e científico dos peritos para compor sua certeza judicial.

É importante, pois, enfatizar que o julgador não fica obrigado pelos resultados de tais perícias. “Em suma, o juízo feito pelo perito acerca do material examinado não vincula o julgador, que continua livre para avaliar a perícia dentro do complexo contexto probatório formado por diferentes elementos de convicção.” (LOPES JR., 2011, p. 598). Ainda sim, é inegável sua forte influência sobre a construção decisória do julgador. Os mestres Ada Grinover, Antônio Fernandes e Antônio Gomes Filho professam que, apesar de estar claro, no ordenamento jurídico brasileiro, a não vinculação do juiz às conclusões das provas técnico-científicas, é regra que o magistrado baseie fortemente sua decisão em tais resultados. A seguinte passagem exemplifica tal visão:

A valoração pericial, positiva ou negativa, de elementos de prova relativos à materialidade, à autoria ou a determinadas circunstâncias constitui forte fator de convencimento do julgador, que, apesar de não estar vinculado às conclusões da perícia (art. 182 do CPP), toma normalmente a prova técnico-científica como base de sua fundamentação, por não ser dotado de conhecimentos apropriados. (GRINOVER, FERNANDES, GOMES FILHO, 2001, p. 146)

1.5.3. Provas Não Repetíveis

No universo da instrução no processo penal e a formação da convicção do julgador sobre a verdade judicial, é necessário que se esclareça a questão das provas periciais realizadas durante o procedimento investigatório. A proteção aos princípios do contraditório e da ampla defesa exige que todas as provas sejam apresentadas durante o julgamento da lide, permitindo-se a imprescindível liberdade das partes de contradizerem quaisquer provas analisadas. Apenas assim, os direitos do réu restarão preservados, sem que ocorram situações de produção de provas unilaterais incontestáveis nos autos.

Temos, apesar disto, provas que só podem ser produzidas durante o procedimento investigatório, sem possibilidade de posterior contestação. São as provas não repetíveis, apresentadas pela legislação penal através do art. 155 do CPP, que determina que “O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.”

O doutrinador Paulo Rangel apresenta a questão de modo claro e sucinto, quando afirma que

Provas não repetíveis são aquelas que não se renovam em juízo, tais como: exame pericial, exceto o complementar; auto de exame cadavérico; exame de corpo de delito. São provas realizadas apenas na fase de inquérito. Nesse caso poderá o juiz fundar sua decisão nessas provas. (RANGEL, 2009, p. 472).

Muitas das provas periciais se encaixam na descrição de provas não repetíveis. Pode-se dar como exemplo o exame do local do crime, cuja natureza torna imprescindível que se realize tão logo se constate a ocorrência de infração penal, sob pena de serem perdidos vestígios importantes para a elucidação do fato, como impressões digitais, marcas de pegadas e coleta de materiais biológicos deixados pelo provável autor. O contraditório de tais coletas de evidências é virtualmente impossível: o tempo e as intempéries tendem a fazer desaparecer tais vestígios com celeridade.

Provas de naturezas distintas das periciais também podem ser taxadas de não repetíveis em determinadas ocasiões. O depoimento de vítima de disparos de arma de

fogo, que posteriormente acabou falecendo devido a tais ferimentos, pode ser citado como um exemplo prático.

Conclui-se, pois, que a regra é a produção de provas, no processo penal, durante a fase de instrução, sob pena de ferir-se o basilar princípio do contraditório. Contudo, a legislação autoriza o uso de provas colhidas durante o procedimento investigatório sempre que não for possível repeti-las em juízo, devido a sua natureza ou circunstâncias. O juiz é autorizado a embasar sua decisão em tais elementos.

1.5.4. Especificidade da Prova

OLIVEIRA (2009, p. 329-331) nos apresenta uma discussão bastante pertinente ao presente trabalho, no que tange a diferenciação entre a hierarquia e a especificidade de provas, princípios que apresentam conceitos semelhantes mas que são institutos completamente distintos. Afirma o autor que na construção daquilo que deverá ser expressão da certeza ou verdade judicial, pode-se exigir a produção de meios específicos de prova para determinados fatos cuja comprovação não seria possível ou, ao menos, ficaria parcialmente prejudicada pela utilização de provas distintas. Entretanto, a regra da especificidade da prova não teria como consequência a existência de uma hierarquia de provas.

Prossegue o autor explicando que, na utilização da regra da especificidade de provas não haverá hierarquia, por exemplo, entre a prova pericial e a prova testemunhal. Na realidade, ocorre que em questões claramente técnicas com vestígios da infração ainda presentes não se pode considerar a prova testemunhal como suficiente para a resposta sobre o fato. Não ocorre a negação de qualquer valor à prova não específica, entretanto, mas sim a insuficiência desta em determinar a ocorrência ou circunstância do fato.

Releva notar, como já explicitamos, que especificidade de prova não é o mesmo que hierarquia, já que não se trata da afirmação prévia acerca da superioridade de uma em relação a outra. Trata-se, na verdade, do reconhecimento da incapacidade de determinados meios nominados (previstos expressamente na lei) para gerar uma certeza mais segura, em relação a fatos específicos. (OLIVEIRA, 2009, p. 407-408).

Apresenta-se, à título de exemplificação, a determinação do calibre de arma de fogo utilizada no disparo que causou a morte de vítima. O julgador pode utilizar-se de prova testemunhal para determinar tal característica, mas apenas na impossibilidade de apreensão da arma de fogo em tela. No caso do juiz possuir tal prova material, é imprescindível que se proceda o exame pericial para determinação do calibre, sendo, neste caso, o testemunho insuficiente para demonstrar tal característica com exatidão necessária.

OLIVEIRA (2009, p. 329-331) prossegue seu raciocínio afirmando que a hierarquia das provas realmente não se admite. A princípio, realmente julga o autor impossível afirmar a supremacia de uma prova em relação à outra para a demonstração de qualquer que seja o crime em julgamento. Em regra, não pode se afirmar que a prova testemunhal seja superior à prova documental, ou que qualquer prova pericial seja melhor que o testemunho. Assim, todos os tipos de provas podem – ou não – terem aptidão para provar a veracidade de qualquer tipo de fato do processo, assim como suas circunstâncias e características.

Acontece que, segundo o citado mestre, no caso da prova técnica, o legislador preocupou-se mais em relação à idoneidade da prova do que em relação às outras provas possíveis em um processo. A jurisprudência brasileira apresenta ampla certeza em relação à inexistência de hierarquia de provas no processo penal, afirmando em regra que é aceitável qualquer meio probatório para demonstrar a realidade dos fatos analisados judicialmente.

Conclui o autor que

Ora, sabemos que isso não ocorre, pelo menos em duas situações, tal como expressamente previstas no Código de Processo Penal. É o caso, como vimos, do art. 155, parágrafo único, CPP, em relação à prova de fato relacionado ao estado das pessoas (ou os tribunais aceitariam a prova do casamento pelo depoimento de testemunhas?), bem como do exame de corpo de delito, quando a infração deixar vestígios e esse não tiver desaparecido. Não acreditamos, com efeito, que juiz ou tribunal algum profira sentença condenatória pela prática de falsidade material com base unicamente em prova testemunhal, quando houver prova pericial (técnica) concluindo não terem partido do punho do réu os escritos falsificados. O problema aqui não seria com a idoneidade da testemunha (no caso concreto) para aferir do falso e da sua autoria, mas como o método (abstrato) testemunhal de prova para a aceitação da verdade.” (OLIVEIRA, 2009, p. 330-331).

Assim, conclui-se que a prova pericial adquire grande importância na determinação da realidade dos fatos alegados no processo penal. Não se quer afirmar que tal prova é

superior às outras, nem que testemunhos sejam inferiores em relação à busca da produção das provas técnicas. Ainda sim, se reveste de conteúdo crucial, em especial às questões específicas, no citado exemplo da determinação do calibre de armas de fogo. A regra da especificidade das provas traz a importância da realização de exames periciais à tona, sem, contudo, considerá-la superior às demais.

1.6. Críticas e Ressalvas ao Uso da Prova Pericial

O valor da prova técnica na busca da certeza jurídica é inegável entre todos os doutrinadores. Entretanto, existem autores que, mesmo reconhecendo sua importância, fazem ressalvas e críticas quanto a seu uso indiscriminado em detrimento de outras provas possíveis. “Tudo serve para revelar a importância da prova pericial, que, por isso mesmo, para sua validade e eficácia, deve ser cercada de cautelas, quer no que se refere à função do perito, quer no que tange à forma de efetivação do exame.” (GRINOVER, FERNANDES, GOMES FILHO, 2001, p. 146).

Aury Lopes Júnior e Eugênio Pacelli de Oliveira são grandes críticos à supremacia e infalibilidade das provas periciais, temendo seu uso como verdades incontestas. LOPES JR. (2011, p. 597) afirma que não há dúvida do valor que carrega o conhecimento científico na obtenção da verdade processual. Ainda sim, ressalva o seu endeuçamento absolutista, pois afirma que o saber científico é sempre relativo e possui prazo de validade. As teorias científicas são constantemente postas à prova, e muitas vezes teorias consagradas são desmentidas de um dia para o outro. Assim, chama atenção desde logo que não há nada como uma “rainha das provas” no processo penal, e que a prova pericial não deve ser vista como uma panaceia para a busca da realidade factual.

Afirma o autor que a prova pericial demonstra apenas um grau de probabilidade, em menor ou maior grau, de um fato ou de uma característica do fato a ser provado. Não se confunde, pois, com toda a complexidade que envolve o fato em si.

Uma prova pericial demonstra apenas um grau – maior ou menor – de probabilidade de um aspecto do delito, que não se confunde com a prova de toda complexidade que envolve o fato. Assim, um exame de DNA feito a partir da comparação do material genético do réu “A” com os vestígios de esperma encontrados no corpo da vítima demonstra apenas que aquele material coletado pertence ao réu. Daí até provar-se que o réu “A” violentou e matou a vítima, existe uma distância imensa e que deve ser percorrida lançando mão de outros instrumentos probatórios. (LOPES JR., 2011, p. 597)

Por fim, tenta provar o que afirma ao citar duas passagens normativas que corroboram suas ressalvas quanto à utilização indiscriminada das provas periciais como verdades absolutas. Primeiro, cita passagem da exposição de motivos do Código Processual Penal: “todas as provas são relativas; nenhuma delas terá, *ex vi legis*, valor decisivo, ou necessariamente maior prestígio que outras.” Também cita o art. 182 do CPP, que determina que “Art. 182. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.”

Eugênio Pacelli de Oliveira compartilha das mesmas ressalvas propostas pelo doutrinador. Afirma que

A exigência de prova técnica somente haverá de ser feita quando a existência de determinado elemento do crime só puder ser provada por meio de conhecimento técnico. O mencionado dispositivo, ainda que tenha sido eventualmente o seu propósito primitivo, não pode ser lido como a consagração tardia da evolução científica da tecnologia probatória. Ora, sabemos todos quão precárias são todas e quaisquer ciências para nos curvamos, irrefletida e acriticamente, à certeza científica. (OLIVEIRA, 2009, p. 409).

Esclarecedora é a abordagem do renomado criminalista Eraldo RABELLO (1982, p. 282), pois corrobora as ressalvas feitas pelos juristas quanto à utilização das provas técnicas, em especial em sua área de especialização, a balística forense, no processo penal.

Por mais que o apaixone a sua disciplina de eleição e por mais absorventes e sugestivas lhe sejam a exatidão e as possibilidades desta, nunca deverá ele [o perito balístico] esquecer, com efeito, que, no concernente à repressão do ilícito penal, a Balística Forense não é um fim, mas tão somente um meio – e, evidentemente, não o único – de possibilitar à justiça o exato e seguro atendimento da sua magna missão. E que jamais, embora, com frequência, constituindo o elemento de significação e importância capitais, terá o resultado de um exame de Balística Forense o valor de prova absoluta e suficiente, à qual se devam necessariamente subordinar o juiz, para a sentença, ou os jurados, para o veredito, de vez que o julgamento sempre se fará por livre convicção, de acordo com o que se apurar em face do conjunto de provas.

Conclui-se, com base nos renomados autores citados, provar, por exemplo, que a arma encontrada com o acusado foi a mesma que efetuou os disparos contra a vítima

fatal, apesar de constar como uma prova bastante concreta de autoria, não deve bastar para a condenação do acusado pelo homicídio, visto que este pode ter simplesmente encontrado a arma abandonada após o crime e tomado para si, ou tê-la, inocentemente, comprado de boa fé do criminoso. Assim, apesar do unânime reconhecimento da importância e relevância da prova pericial para a obtenção da certeza dos fatos narrados no processo, é pertinente a crítica feita pelos mestres em relação à confiança excessiva em tais métodos.

1.7. Tribunal do Júri

O Tribunal do Júri é o órgão judicial responsável pelo julgamento dos crimes de homicídio doloso, de acordo com o ordenamento jurídico pátrio.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, XXXVIII, assegurou ao júri o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, na sua forma tentada ou consumada, e os crimes a eles conexos. São crimes dolosos contra a vida: homicídio, aborto, infanticídio e induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio (arts. 121 a 127 do CP). (MACHADO; JUNQUEIRA; FULLER, 2009, p. 199).

O julgamento no Tribunal do júri, de acordo com OLIVEIRA (2009, p. 635), é composto por Juiz Presidente e pelo Conselho de Segurança, que, por sua vez, é formado por sete jurados leigos, que nada mais são do que pessoas do povo escolhidas através de sorteio, num procedimento regulado minuciosamente pela lei.

O julgamento realizado pelos jurados segue a sistema da íntima convicção, também conhecido como sistema da prova livre. No sistema que vige para o julgamento do juiz, como já citado, o sistema da livre convicção motivada ou persuasão racional, o julgador possui liberdade para decidir de acordo com suas convicções, sem estar adstrito à hierarquia de provas prevista em lei, mas possui o dever de motivar racionalmente, na sentença, as razões que o levaram a tomar tal decisão. No sistema da íntima convicção ou prova livre, válido para as decisões do júri, o julgador não está obrigado a motivar as razões que o levaram a tomar suas decisões.

O mestre Tourinho Filho explica que

De acordo com o sistema da íntima convicção, o julgador não está obrigado a

exteriorizar as razões que o levam a proferir a decisão. O Juiz atribui às provas o valor que quiser e bem entender, podendo, inclusive, decidir valendo-se de conhecimento particular a respeito do caso, mesmo não havendo provas nos autos. Ele decide de acordo com a sua convicção íntima, sem necessidade de fundamentar sua decisão. (TOURINHO FILHO, 2009, p. 272).

Tal sistema apresenta severas críticas de diversos doutrinadores do direito processual penal. Como exemplo, cito as críticas do mestre Eugênio Oliveira

E o Tribunal do Júri, no que tem, então, de democrático, tem também, ou melhor, pode ter também, de arbitrário. E isso ocorre em razão da inexistência do dever de motivação dos julgados. A resposta à quesitação pelo Conselho não exige qualquer fundamentação acerca da opção, permitindo que o jurado firme seu convencimento segundo lhe pareça comprovada ou revelada (aqui, no sentido metafísico) a verdade. E, convenhamos, esse é realmente um risco de grandes proporções. Preconceitos, ideias pré-concebidas e toda a sorte de intolerância podem emergir no julgamento em Plenário, tudo a depender da eficiência retórica dos falantes (Ministério Público, assistente de acusação e defesa). (OLIVEIRA, 2009, p. 636).

Conclui-se que a falta de obrigação de motivação das decisões do Tribunal do Júri pode acarretar sérios problemas em relação à defesa dos réus. O sistema da íntima convicção, ao permitir a decisão sem fundamentação ou análise racional, abre a possibilidade de que sejam proferidas sentenças arbitrárias. Assim, pode-se teorizar que a relevância das provas periciais ganha um peso extra na formação da *decisão*: temos a possibilidade de que provas técnicas sejam arbitrariamente descartadas na formação da íntima convicção dos jurados; como também podem ser levadas em consideração de forma única, ganhando uma supremacia em relação a outras provas igualmente relevantes.

CAPÍTULO II – JURISPRUDÊNCIA

2. Jurisprudência

Em consulta direta na jurisprudência, não é raro encontrarmos recursos à veredictos de jurados que são improvidas baseado, entre outras provas, em laudos de comparação balística. A apelação criminal interposta no TJ-ES nº APR 69050008106 ES 69050008106, de 2008, julgada pela Segunda Câmara Criminal do dito Tribunal, sob Relator Sérgio Luiz Teixeira Gama, nega provimento à repetição de prova pericial, pois considera que o resultado da microcomparação balística já constituía prova suficiente para formação da convicção e veredito dos jurados, negando recurso que alegava cerceamento da defesa pelo indeferimento em primeiro grau a pedido de repetição de prova pericial. A ementa é a que segue.

APELAÇÃO CRIMINAL JÚRI - CONDENAÇÃO - PRELIMINAR SUSCITADA PELA DOUTA DEFESA DO APELANTE ANTÔNIO MARCOS 1. CERCEAMENTO DE DEFESA POR INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL: REJEITADA - RECURSO INTERPOSTO PELA DEFESA DO APELANTE PAULO SÉRGIO - 1. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS - INOCORRÊNCIA - RECURSO INTERPOSTO PELA DEFESA DO APELANTE ANTÔNIO MARCOS: 1. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS - INOCORRÊNCIA. RECURSOS AOS QUAIS SE NEGA PROVIMENTO.- Preliminar de cerceamento de defesa:1. **Inexiste cerceamento de defesa, quando a douta Magistrada de piso entendendo que o Laudo de Exame de Arma de Fogo e Microcomparação Balística já era suficiente para ensejar a sua convicção, indeferiu a repetição da prova pericial, acolhendo os argumentos do douto representante do Parquet.** [destacou-se] - Do recurso interposto pelo Apelante Paulo Sérgio:1. É plausível a escolha do Conselho de Sentença, ao condenar o acusado, pela prática do delito de homicídio qualificado, tendo em vista que há sustentação argumentativa para a tese da acusação de co-autoria do delito por parte da Apelante.- Do recurso interposto pelo Apelante Antônio Marcos:1. Decisão manifestamente contrária às provas dos autos é aquela que não guarda consonância com nenhum elemento probatório produzido durante a instrução criminal. É lícito, portanto, ao Conselho de Sentença, optar pela vertente que entenda mais verossímil dentre as teses ventiladas durante o processo. Há que se respeitar a soberania dos veredictos. Recursos aos quais se nega provimento.

Esclarecedor também é a decisão acerca da Apelação Criminal ACR 12950035589

ES 012950035589, da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, com relatora Catharina Maria Novaes Barcellos, que nega provimento de reforma de veredicto do Tribunal do Júri, baseando-se em provas testemunhais e no resultado do exame de microcomparação balística. A ementa é a que segue.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 12.950.035.589 COMARCA DE CARIACICA TRIBUNAL DO JÚRI APTES: JOSÉ DA SILVARONALDO LADISLAU DA SILVA APDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL RELATORA: DESª. CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS Acórdão - APELAÇÃO CRIMINAL - TRIBUNAL DO JÚRI - DUPLO HOMICÍDIO QUALIFICADO - VEREDICTO CONDENATÓRIO - ARGÜIÇÃO DE NULIDADES - FORMULAÇÃO DE QUESITO PELO JUIZ SOBRE ATENUANTE NAO AVENTADA PELA DEFESA - APLICAÇÃO DE PENAS DISTINTAS À AGENTES CONDENADOS PELO MESMO FATO - NAO OCORRÊNCIA DE QUALQUER IRREGULARIDADE - ALEGAÇÃO DE DECISAO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS - NEGATIVA DE AUTORIA - VERSAO DEFENSIVA TOTALMENTE INCOERENTE - AUTORIA COMPROVADA À EXAUSTAO - CONFISSAO EXTRAJUDICIAL - LAUDO DE MICROCOMPARAÇÃO BALÍSTICA - LAUDO DE EXAME DE LOCAL DE ENCONTRO DE CADÁVER - PROVAS TESTEMUNHAIS - DECISAO DOS JURADOS QUE SE COADUNA PARA COM O CONJUNTO PROBATÓRIO - MANTENÇA DA DECISAO DO CONSELHO DE SENTENÇA. I - Deve o juiz-presidente formular sempre um quesito genérico sobre atenuantes. Se direciona o quesito para uma atenuante que lhe parece a mais adequada para o caso, não há qualquer nulidade, mesmo porque tal situação só veio beneficiar os réus. II - A fixação da pena leva em conta circunstâncias de cunho pessoal, como a personalidade do agente, sua vida ante acta, etc. Além de tudo, é preceito constitucional dos mais comezinhos o da individualização da pena. Por isso, há diferença entre o quantum da reprimenda recomendada aos réus. III - A tese de negativa de autoria das Defesas dos apelantes encontra-se totalmente dissociada do que foi apurado durante a instrução, pois os réus são confessos na fase extrajudicial, vindo em desfavor dos mesmos vários depoimentos testemunhais, **e ainda o constatado no Laudo de Microcomparação Balística, de que as armas apreendidas com os recorrentes foram as que dispararam os projeteis encontrados nos corpos das vítimas.** [destacou-se] IV - É inconcebível a tese da legítima defesa, em vista do Laudo de Exame de Local de Encontro de Cadáver, onde, pelos trajes íntimos das vítimas, denota-se que as mesmas foram violentamente retiradas de seus lares, à noite, amarradas, e conduzidas até o local onde foram sumariamente executadas. III - Apelos improvidos.

O próprio Supremo Tribunal de Justiça dispõe de jurisprudência que professa a importância das conclusões dos laudos comparação balística para a formação da convicção decisória. Como exemplo, citamos o Agravo de Instrumento nº 1.274.048 – ES (2010/0011706-7), cujo relator foi o Ministro Arnaldo Esteves Lima. Segue a citada ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.274.048 - ES (2010/0011706-7) RELATOR : MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA AGRAVANTE : EDUARDO BITTI ADÃO ADVOGADO : EDER JACOBOSKI VIEGAS E OUTRO (S) AGRAVADO :

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO DECISÃO Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento ao recurso especial manifestado por EDUARDO BITTI ADÃO, com base no art. 105, III, a e c, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo assim ementado : EMENTA:(fl. 91) Apelação Criminal - Anulação do julgamento - Decisão contrária a lei expressa ou à decisão dos jurados - Inocorrência - Apelo improvido. Não conseguiu demonstrar nos autos o apelante onde estava a afronta a lei expressa, considerando que quanto à decisão dos jurados é inadmissível tal pretensão. Apelo improvido. Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados . Alega o agravante, nas razões do especial (fls. 117/122), ofensa aos arts. 381, III e 564, IV do Código de Processo Penal. Afirma que o acórdão exarado no julgamento do apelo defensivo carece de fundamentação. Sustenta a existência de dissídio entre julgados. Apresentadas as contrarrazões e inadmitido (fls. 148/150) o recurso na origem, foi interposto este agravo. O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do recurso .É o relatório. Depreende-se do (fls. 182/183) s autos que o agravante, condenado pelo Júri à pena de 18 anos de reclusão pela prática de homicídio qualificado, apelou ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo alegando decisão contrária à prova dos autos. A Corte a quo, ao apreciar o recurso defensivo, manifestou-se nos seguintes termos, verbis : Inconformado, apelou a douta defesa às fls. 875/892, postulando pela anulação do julgamento porquanto a decisão condenatória se deu em absoluta desconformidade com as provas dos autos, porquanto o conjunto probatório não aponta para a perpetração de um homicídio qualificado pelo motivo fútil e pelo uso de recurso que tornou impossível a defesa da vítima. Pois bem, o exame atento do conjunto probatório produzido na fase inquisitorial e durante a instrução criminal deixa evidente que a tese acolhida pelo Conselho de Sentença encontra-se integralmente corroborada com as provas colacionadas nos autos. A materialidade delitiva encontra-se consubstanciada no laudo cadavérico de fl. 58. **De igual forma, a autoria restou provada nos autos pelas declarações de Lucilente Salles, Idsmara Bastos Fraga, Junior Leonides Afonso, Laudo de microcomparação balística e laudo cadavérico** [destacou-se]. Idsmara, às fls. 161/163 esclarece em seu depoimento:(fl. 191)"...(fls. 161/163)(fls. 164/165) Que mostrou para a informante o braço roxo, com hematoma dizendo que Eduardo lhe batera e puxava o cabelo, estando ela com dor de cabeça...; que iria voltar à casa do Eduardo para terminar 'como aquela palhaça'..." **O ora apelante, em suas razões recursais sustentou ainda a tese de suicídio, a qual fora descartada mormente o laudo cadavérico que atestou a ausência de orla de enxugo ou tatuagem periorifical no orifício de entrada do projétil e sinais macroscópicos de pólvora em mãos, sinais comumente presentes em vítimas de suicídio** [destacou-se]. Registra-se que a decisão dos senhores jurados baseou-se em provas robustas, não havendo falar-se, portanto, em julgamento contrário à prova dos autos. **Ora, a prova técnica encontra-se inconteste** [destacou-se]. Os argumentos do ora apelante esvaziam-se no momento em que se tem a certeza de que a vítima desejava o rompimento do namoro enquanto ele lutava para restabelecê-lo. Nesse contexto, a versão defensiva cai por terra, posto que não encontra respaldo algum nas provas técnicas e testemunhais dos autos, **restando claro que o apelante foi o autor do disparo que matou sua noiva Idsléia** [destacou-se]. Revela o excerto que, ao contrário do afirmado pelo recorrente, o Tribunal a quo fundamentou de forma clara a manutenção da sentença condenatória, não havendo de se falar em ofensa aos citados dispositivos de lei federal. Nesse sentido: PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 381, INCISO III, 619, 620, TODOS DO CPP. INOCORRÊNCIA. CORREÇÃO DE OFÍCIO DA DOSIMETRIA DA PENA ANTE A CONSTATAÇÃO DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. POSSIBILIDADE. HIPÓTESE DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO E NÃO DE JULGAMENTO EXTRA PETITA DA REVISÃO CRIMINAL.I - Não viola o art. 381, inciso III, do CPP, o acórdão que indica os motivos de fato e de direito em que se fundou a decisão

colegiada.II - Também não viola os art. 619, 620, ambos do CPP, o acórdão que, ao julgar os embargos de declaração, enfrentou satisfatoriamente a alegação de obscuridade levantada, concluindo pela sua não-ocorrência.III - In casu, o v. acórdão objurgado entendeu ser possível, ante a constatação de flagrante ilegalidade, a correção da dosimetria da pena de ofício, repetindo tais razões quando da rejeição dos embargos de declaração.IV - Destarte, a apontada violação ao art. 621 do CPP encontra-se dissociada da conclusão adotada pelo Tribunal a quo, na medida em que o recorrente discorre sobre hipóteses de cabimento e limites da revisão criminal quando, in casu, o órgão colegiado julgou improcedente a ação proposta pela defesa, concedendo, outrossim, ordem de ofício para corrigir a dosimetria da pena. Recurso especial desprovido. De outra parte, a divergência jurisprudencial não restou demonstrada nos moldes legais e regimentais, pois, além de não ter sido realizado o cotejo analítico com a transcrição de trechos dos julgados confrontados, não foi demonstrado que, nos casos em comparação, os órgãos julgadores partiram de quadro fático idêntico ou semelhante para aplicar de forma discrepante o direito federal. Ante o exposto, com fundamento no art. 254, I, do RISTJ, nego provimento ao agravo. Intimem-se. Brasília, 08 de junho de 2010. MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA Relator (DF).

No acórdão da apelação criminal nº 24930118716 ES 024930118716, da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, cujo relator foi Geraldo Correia Lima, temos decisão tão enfática de comprovação de autoria através da comparação balística, que talvez seja o mais didático dos exemplos aqui citados. Temos, na ementa, conforme segue:

ACÓRDAO APELAÇÕES CRIMINAIS. 1) CONJUNTO PROBATÓRIO . VÍTIMA VIVA LEVADA AO HOSPITAL. LESÃO ÚNICA. CHEGADA. LESÕES MÚLTIPLAS. CAUSAS EFICIENTES DAS MORTE. 2) DISPARO NO OMBRO DIREITO. CAMISA AMARELA. AUSÊNCIA DE ORIFÍCIO DE ENTRADA. VÍTIMA SEM CAMISA. EXAME DE MICROCOMPARAÇÃO DE BALÍSTICA. PROJÉTEIS PROFERIDOS PELA ARMA Nº 4353, DE PROPRIEDADE DA PMES. RECURSOS IMPROVIDOS.1) Depreende-se da análise do conjunto probatório que a vítima, quando levada para o hospital, ainda estava viva e mostrava lesão única, chegando ao hospital para atendimento médico com lesões múltiplas, as quais causas eficientes da morte.2) Marcante o fato de que estava a vítima sem camisa e quando recebeu o disparo no ombro direito, se vestido estivesse, a camisa amarela teria orifício de entrada, o que nas fotografias não aparece. **Ademais, por meio do exame de microcomparação de balística restou confirmado terem sido os projéteis proferidos pela arma nº 4353, de propriedade da PMES** [destacou-se]. Recurso improvido.

Conclui-se amplamente demonstrada a relevância dos exames de balística forense, em geral, e de comparação balística, especificamente, na formação da convicção dos julgadores, tanto para jurados, na construção de veredictos, quanto para juízes, tanto na análise de recursos quanto nas decisões penais. Provado, assim, tal ponto de vista na doutrina, exemplificado pelos mestres citados no capítulo I, e na jurisprudência, de acordo

com o presente capítulo, cabe discorrer, no capítulo III, como são realizados tais exames.

CAPÍTULO III – BALÍSTICA FORENSE

3.1. Armas de Fogo

Como já visto na Introdução, o Brasil tem uma das maiores taxas de homicídios dolosos do mundo. Estes crimes, por sua vez, são causados por armas de fogo em três quartos das ocorrências. A mestra Roselle Soglio tem uma visão filosófica bastante assertiva sobre tais artefatos e sobre as nefastas consequências da liberalidade de seu uso:

Armas de fogo causam sensação de poder, de grandeza e de onipotência, e este é um dos grandes motivos que geram tragédias imensas. Toda vez que o ser humano, na sua infinita maldade ou arrogância, faz uso de um instrumento potente como a arma de fogo para atingir outro ser humano, acaba destruindo vidas (inclusive a sua) e cria instabilidade e medo na sociedade. E quando o infrator não é devidamente punido, quando a lei deixa de ser aplicada, dá origem à insegurança jurídica e ao sentimento de impunidade, podendo de forma perigosa haver interpretação em sentido inverso, ou seja, que o “crime compensa”. (SOGLIO, 2012, p. 9).

Para que se entenda a balística forense e sua importância, cabe primeiro entender o conceito de arma. Para o douto criminalista Eraldo RABELLO (1982, p. 31), “arma é todo objeto concebido e executado com a finalidade específica ou predominante de ser utilizado pelo homem para o ataque ou para a defesa.” Domingos TOCHETTO (1999, p. 11) traz um conceito similar, quando afirma que “arma é todo objeto que pode aumentar a capacidade de ataque ou defesa do homem.” Prossegue afirmando que tais armas podem ser classificadas quanto sua forma de uso. Armas manuais são próprias para o combate corpo-a-corpo, funcionando como um prolongamento do braço do usuário: lanças, machados e espadas são seus exemplos. Armas de arremesso são as que produzem efeitos à distância do utilizador. RABELLO (1982, p. 31-32) explica que são estas mais adequadas para “produzir o seu efeito vulnerante à distância, quer funcionando ela própria como projétil, quer expelindo projéteis”. Estas duas possibilidades abrem possibilidade para uma subclassificação, de armas de arremesso simples e complexas. Aquelas são lançadas diretamente pelo utilizador, dependendo, assim, do vigor do homem, como no caso das lanças e das granadas de mão; estas, são ditas complexas pois envolvem o uso de um aparelho arremessador, que expelle munições, que são o

objeto vulnerante propriamente dito, como, por exemplo, fundas, balestras e arcos, além das próprias armas de fogo.

Enfim, Domingos TOCHETTO (1999, p. 12), determina o conceito de armas de fogo, que são “exclusivamente aquelas armas de arremesso complexas que utilizam, para expelir seus projetis, a força expansiva dos gases resultantes da combustão da pólvora”, e independem da força física do homem, de seu vigor muscular, como no caso dos arcos. Esclarece o autor que “as armas de fogo são, na realidade, máquinas térmicas, fundadas nos princípios da termoquímica e da termodinâmica”. Eraldo RABELLO (1982, p. 35) apresenta conceito quase idêntico.

Tais esclarecimentos são suficientes para o presente trabalho, mas cabe salientar que existem diversas classificações das armas de fogo, pertinentes ao trabalho técnico e científico sobre estas. Eraldo RABELLO (1982, p. 49), apresenta cinco critérios para tanto, quais sejam: alma do cano, sistema de carregamento, sistema de inflamação, funcionamento, e mobilidade e uso. São classificações de ordem funcional, imprescindíveis para a confecção do laudo pericial adequado. Como exemplo, cito caso hipotético de testemunhas afirmarem que o possível autor dos disparos realizou três disparos seguidos na vítima, sem ter precisado recarregar. Ora, se o perito constatar o sistema de carregamento por antecarga e tiro unitário na arma de fogo apreendida com o réu, ou seja, sistema que exige elevado tempo de recarga após cada disparo único, o julgador possuirá prova técnica bastante convincente para decidir não tratar-se aquele instrumento o utilizado na prática da infração penal.

3.2. A Balística Forense

Segundo Domingos TOCHETTO (1999, p. 12-13), a balística forense é uma área integrante da criminalística, cujos objetos de estudo são as armas de fogo e suas munições, além dos efeitos produzidos pelo seu disparo, nas ocasiões onde tais objetos e fenômenos guardarem relação com infrações penais, seja direta ou indiretamente. Seu objetivo, pois, é esclarecer e provar a ocorrência de tais fatos.

Prossegue-se citando o outro grande expoente da Criminalística brasileira, Eraldo

Rabello, que ensina um conceito mais amplo sobre a balística forense e sua área de atuação.

Balística Forense é aquela parte do conhecimento criminalístico e médico legal que tem por objeto, especial, o estudo das armas de fogo, da munição e dos fenômenos e efeitos próprios dos tiros destas armas, no que tiverem de útil ao esclarecimento e à prova de questões de fato, no interesse da justiça, tanto penal como civil. (RABELLO, 1982, p. 18)

Assim, com base nos ensinamentos de tais mestres da criminalística brasileira, podemos concluir que a Balística Forense estuda as armas de fogo, suas munições e efeitos, sempre que apresentarem relação com fatos históricos que constituam ou possam constituir crime, com intuito de esclarecer e provar materialidade, dinâmica e autoria de tais infrações penais.

3.3. Exames Periciais de Balística Forense

Os principais tipos de exames periciais de balística forense (FERREIRA; VIEBIG; RIBEIRO; 2009, p. 187-198) são: eficiência em arma de fogo e eficiência em munição; identificação de armas de fogo; verificação de ocorrência de acidente de tiro ou de tiro acidental; e comparação de projetis e de marcas de percussão em estojos e cartuchos. Este último será tratado em detalhes nos próximos itens; cabe aqui discorrer brevemente sobre os demais.

Acerca do exame de eficiência em arma de fogo e munição, TOCHETTO (1999, p. 316) leciona que cabe ao perito de balística forense examinar e avaliar possíveis anomalias capazes de dificultar ou mesmo impedir seu funcionamento. Ainda, é crucial determinar, no caso de ocorrência de tais defeitos, se sua causa foi decorrente do desgaste normal ou provocado intencionalmente. A relevância deste tipo de exame para a construção da convicção do julgador, por vezes, é determinante. Por exemplo, se a arma de fogo for nitidamente ineficaz para a efetuação de disparos, como no caso de armas de brinquedo, tem-se prova cabal da impossibilidade da sua utilização para a perpetração de homicídio por disparo de arma de fogo. Sobre a munição, algo semelhante pode ser dito de cartuchos de festim, que não possuem, em seu interior, projétil capaz de ferir alguém, mas tão somente pólvora, que por si só produz apenas barulho elevado.

A identificação de armas de fogo, conforme brevemente mencionado no item anterior, é exame pericial que determina, entre outras características, marca, calibre, números identificadores, acabamento das partes metálicas, características de fabricação para identificar montagens ou alterações artesanais e/ou clandestinas (FERREIRA; VIEBIG; RIBEIRO; 2009, p. 191). Um exemplo da importância de tais determinações é o correto enquadramento do fato supostamente cometido pelo réu na Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), relativo aos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14) e de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16), cujas penas variam de dois a quatro anos, e três a seis anos, respectivamente. É através da determinação do poder de parada, em geral intimamente ligado ao calibre da arma de fogo, que o perito permite ao julgador a distinção do crime supostamente praticado pelo acusado.

Prosseguem os autores afirmando, ainda sobre os exames de identificação, que “a identificação das armas de fogo é feita, principalmente, através do exame das gravações contidas na arma” (FERREIRA; VIEBIG; RIBEIRO; 2009, p. 191). A constatação de adulterações em tais características é de suma importância para a resolução de certas infrações penais, como o previsto no art. 16, parágrafo único, I, que estabelece que incorrem nas mesmas penas previstas de três a seis anos quem “suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato.” Por fim, a recuperação do número de série, ao abrir a possibilidade de se investigar a origem de arma de fogo, pode rastrear, por exemplo, crimes de comércio ilegal de arma de fogo (art. 17). Domingos Tochetto nos alerta para tais possibilidades

Quando os sinais propositais de identificação, notadamente o número de série, forem deliberadamente destruídos ou adulterados, restando, às vezes, somente vestígios latentes, podem os mesmos ser reconstituídos ou restaurados, por meios técnico-científicos, o suficiente para permitir a verificação e a comprovação objetiva da identidade da arma considerada. (TOCHETTO, 1999, p. 112).

Acerca dos exames de verificação de ocorrência de acidente de tiro ou de tiro acidental, cabe salientar que “tiro acidental é todo tiro que se produz em circunstâncias anormais, sem o acionamento regular do mecanismo de disparo, devido a defeitos ou falta do mecanismo de segurança da arma” (TOCHETTO, 1999, p. 202). Apresenta suma importância, por exemplo, em casos em que o réu alega que sua arma realizou o tiro sem ter tido intenção, desejando, assim, que seja julgado por homicídio culposo, e não doloso.

3.3.1. Comparação Balística

Segundo o Procedimento Operacional Padrão nº 1.3 – Balística Forense (2013, p. 38), confronto balístico é o “procedimento que consiste em comparar inicialmente de modo macroscópico e em seguida microscopicamente, elementos questionados de munição (projéteis ou estojos), contra elementos padrões de munição (projéteis e estojos), coletados a partir de armas questionadas, buscando identificar as deformações normais características de cada arma questionada que são impressas de forma única e identificável em seus elementos de munição, com o propósito de correlacionar cada elemento de munição questionado com sua respectiva arma questionada”.

Domingos Tochetto (1999, p. 118) determina que “a identificação de uma arma de fogo é indireta ou mediata, quando feita mediante o estudo comparativo das características gerais e particulares, das deformações impressas pela arma considerada, nos elementos de sua munição.”

Ainda que “o trabalho de identificação indireta de uma arma de fogo se processa através de estudos comparativos, macro e microscópicos, entre as deformações por ela produzidas, nos elementos de sua munição, e as deformações presentes nos elementos de munição questionados ou suspeitos.” Assim, a comparação ou confronto balístico leva em consideração as deformações causadas pelo disparo da arma de fogo na munição utilizada, no projétil ou no estojo disparado, e as compara com as deformações que a arma suspeita de ter sido utilizada no crime causa em disparos posteriores em munições utilizadas pelo perito, os chamados padrões.

Prossegue o criminalista (1999, p. 296) “Isto porque, assim como é pacífico que duas impressões digitais cujos desenhos coincidam exatamente só podem corresponder a um mesmo dedo, assim também pode-se ter como indiscutível que a presença de deformações normais convergentes, em dois ou mais projetis, significa que foram todos expelidos por um só e mesmo cano raiado.” Desta maneira, o exame pericial de comparação balística é o equivalente, para as armas de fogo, ao confronto de impressões digitais, exame bastante conhecido do grande público e reconhecido pelo elevado grau de credibilidade. Portando uma falibilidade mínima, praticamente descartável, fica claro quão importante é para a construção da certeza do julgador tal perícia.

3.3.2. Conclusões dos Exames de Comparação Balística

Os exames de comparação balística, assim como quaisquer outros exames periciais, apresentam conclusões transcritas pelo perito oficial no respectivo laudo pericial. Não trata-se de uma obrigação legal, contudo, mas sim de um uso costumeiro na prática pericial.

O criminalista Domingos Tochetto (1999, p. 313-314) discorre sobre as possíveis conclusões que o perito pode chegar com seus exames. Pode, assim, decidir o profissional em termos de possibilidade, probabilidade e certeza.

Acerca das conclusões em termos de certeza, leciona que podem ser negativas ou afirmativas. Esta, exige que o perito tenha encontrado elementos convergentes, em suas análises micro e macroscópicas, entre os projetis e/ou estojos encontrados no local do crime ou no corpo da vítima, com os projetis e/ou estojos-padrão coletados pelo disparo da arma supostamente utilizada na realização da infração penal. Para determinar a certeza, ao perito é imprescindível que os encontre em quantidade e qualidade suficientes para formar sua convicção, exigindo também que sejam tecnicamente inquestionáveis. A mesma certeza é necessária para a conclusão negativa, só que em relação a elementos divergentes entre os projetis e/ou estojos analisados.

Por consequência lógica, o criminalista prossegue sua lição afirmando que pode o perito fazer afirmações em termos de probabilidades. Tal opção é válida quando forem encontrados microelementos em quantidade insuficiente para que se faça uma afirmação ou negação assertiva, mas ainda sim suficientes para que o perito decida por uma probabilidade maior pendendo para uma das respostas. Tais casos podem ocorrer quando os projetis e/ou estojos apresentarem quantidade de microelementos insuficiente para o necessário grau de certeza; ou então quando o projétil e/ou estojo incriminado apresentar deformações acidentais ou desgaste, reduzindo a superfície de pesquisa. Por fim, dependendo da quantidade e qualidade dos microelementos passíveis de análise, pode o perito decidir por “em termos de acentuadas probabilidades”.

Conclui o criminalista, dissertando sobre importante fator na confiabilidade das

conclusões do exame de comparação balística, que

O perito não é obrigado a concluir sempre em termos categóricos, porque as conclusões categóricas, afirmativas ou negativas, tem que se basear em elementos concretos e objetivos presentes nos projetis ou estojos confrontados. Não existindo elementos suficientes, não deve concluir em termos categóricos. A conclusão em termo de possibilidade não vincula, necessariamente, o projétil questionado a uma determinada arma suspeita. (TOCHETTO, 1999, p. 314).

Portanto, o laudo pericial de comparação balística, de acordo com a imposição do ordenamento jurídico, deve conter conclusões acerca do exame realizado. Tal figura não obriga o perito a dar uma certeza categórica sobre os elementos estudados. Deve o profissional prezar pela busca da certeza pericial, assim como o julgador pretende alcançar a certeza judicial: mas sabe-se que, nem sempre, o fato histórico é passível de elucidação, principalmente tendo em vista as limitações da tecnologia. Assim, livre para certificar apenas aquilo que se provar conclusivo, o perito também respeita, indiretamente, o princípio do *in dubio pro reo*.

CONCLUSÃO

No que diz respeito ao processo penal, e, em certa medida, no direito penal, não se pode falar em justiça ou busca obtenção da verdade ou certeza judicial sem que se apresentem provas convincentes sobre a ocorrência e características dos fatos analisados. É a aplicação prática de um dos mais basilares princípios do direito contemporâneo brasileiro: o *in dubio pro reo*. Trata-se da busca constante pela máxima de que o indivíduo é inocente até que se prove o contrário. Portanto, sempre que houver dúvidas sobre a autoria ou materialidade de determinado delito penal, é obrigação do julgador decidir pela absolvição do acusado.

Em respeito a este basilar princípio, a busca pela prova se reveste de caráter central no processo. A decisão de trancafiar por anos a fio uma pessoa é, talvez, a mais delicada e severa que pode ser tomada pela sociedade. Assim, é interesse de todos que a produção de provas e toda a teoria por trás dela seja de fina excelência. A prova pericial, neste contexto, merece especial atenção.

O efeito ritualístico, quase místico, da ciência como prova incontestável na elucidação de crimes é inegável. Programas de televisão mostram frequentemente os profissionais da perícia como heróis infalíveis. Na realidade, isto nem sempre é verdade. Reservas devem ser feitas em relação ao peso dado ao conhecimento técnico, conforme foi demonstrado.

Reservas à parte, a ciência a serviço da justiça é uma poderosa ferramenta no esclarecimento dos fatos alegados no processo penal. Nos tempos atuais, tendo em vista todos os avanços e conhecimentos da criminalística, pode-se dizer que, mesmo não sendo infalíveis, as provas periciais são indispensáveis. Em conjunto com outros meios probatórios, como as provas testemunhais e documentais, tem potencial para atingirem níveis de aproximação em relação ao fato histórico bastante aceitáveis.

A falta de resolução das infrações penais, em especial no Brasil, é mal especialmente nocivo. Somos um dos países que mais sofre com o homicídio doloso no mundo. Somamos isto à umas das menores taxas de elucidação de infrações penais, e temos a receita para o desastre. Nesta questão, um dado se destaca: cerca de três

quartos destes crimes são cometidos por armas de fogo. Por isso, dentre outras razões, a balística forense se destaca como um dos meios para que esta realidade seja transformada.

As perícias na área de balística forense ajudam a resolver a autoria de muitos destes crimes no Brasil e no mundo. É através desta área da criminalística que, por exemplo, o perito pode determinar que a arma possuída pelo acusado foi a responsável pelo disparo dos projetis que feriram fatalmente a vítima, com grau de acerto próximo de outros exames mais renomados e conhecidos pelo grande público, como a comparação de impressões digitais e o exame de DNA. Dá-se a este exame o nome de comparação balística (ou confronto balístico).

Concluimos, pois, que a formação da certeza no âmbito do julgador – seja ele o juiz ou o jurado – passa, obrigatoriamente, pela apreciação das provas, em especial as periciais. Nos crimes envolvendo armas de fogo, a área de balística forense se destaca como responsável pela resposta técnica dos questionamentos levantados, pelas partes ou pelo juiz, sobre grande parte dos fatos relevantes. Neste universo, a comparação balística tem papel de destaque perante outros exames, como a metalografia, visto que pode elucidar questões ligadas à autoria, além da materialidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento nº 1.274.048 – ES (2010/0011706-7). Agravante: Eduardo Bitti Adão. Agravado: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Relator: Ministro Arnaldo Esteves Lima. Brasília, 08 de junho de 2010. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14408296/ag-1274048>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Espírito Santo (Segunda Câmara Criminal). Apelação criminal nº 12950035589 ES 012950035589. Apelante: José da Silva e Ronaldo Ladislau da Silva. Apelado: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Relatora: Catharina Maria Novaes Barcellos. Vitória, 21 de março de 2005. Disponível em: <<http://tj-es.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8162768/apelacao-criminal-acr-12950035589-es-012950035589-tjes>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Espírito Santo (Segunda Câmara Criminal). Apelação Criminal nº 24930118716 ES 024930118716. Relator: Geraldo Correia Lima. Vitória, 08 ago. 2005. Disponível em: <<http://tj-es.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6977748/apelacao-criminal-apr-24930118716-es-024930118716-tjes>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Espírito Santo (Segunda Câmara Criminal). Apelação criminal nº 69050008106 ES 69050008106. Apelante: Antônio Carlos. Relator: Sérgio Luiz Teixeira Gama. Vitória, 23 de julho de 2008. Disponível em: <<http://tj-es.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5041826/apelacao-criminal-apr-69050008106>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

CONSELHO Nacional do Ministério Público. **Relatório nacional da execução da meta 2:** um diagnóstico da investigação de homicídios no país. Brasília: Ministério Público, 2012. 22-25 p.

FERREIRA, Jorge Alberto Santiago; VIEBIG, Sônia Maria Bocamino; RIBEIRO, Mariângela. Exames periciais de balística forense: recomendações técnicas para a padronização de procedimentos e metodologias. In: TOCCHETTO, Domingos; ESPINDULA, Alberi (Org.). **Criminalística: procedimento e metodologias**. Porto Alegre: Espindula, 2009.

GEORG, Natacha Juli; KELNER, Lenice; SILVINO JR., João Bosco. Armas de fogo: aspectos técnicos periciais. **Revista jurídica - CCJ da FURB**, Blumenau, v.15, n. 30, p. 137-156, 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhães. **As nulidades no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

LACERDA, Dennis Otte. **Breve perspectiva da prova indiciária no processo penal**. JM Livraria: Curitiba, 2006.

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MACHADO, Angela C. Cangiano/ JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz/ FULLER, Paulo Henrique Aranda. **Processo Penal**. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2009.

MALATESTA, Nicola Framarino Dei. **A lógica das provas em matéria criminal**. Tradução de Paolo Capitanio. Campinas: Bookseller, 2001.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo penal**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

RABELLO, Eraldo. **Curso de criminalística**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.

RABELLO, Eraldo. **Balística Forense**. Porto Alegre: Sulina, 1982.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

SECRETARIA Nacional de Segurança Pública. **Procedimento operacional padrão nº 1.3: balística forense**. Brasília: Ministério da Justiça, 2013. 38 p.

SOGLIO, Roselle Adriane. **Estatuto do desarmamento comentado**. São Paulo: Litera, 2012.

TOCHETTO, Domingos. **Balística forense: aspectos técnicos e jurídicos**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal volume 3**. São Paulo: Saraiva,

2009.

ISHIDA, Válter Kenji. **Prática jurídica penal**. São Paulo: Atlas, 2009.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência**: homicídios e juventude no Brasil. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2013.

WORLD Health Organization. **Global status report on violence prevention**. Luxemburgo: 2014.